

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.011 - PR (2019/0216571-8)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : JAIME XAVIER AMANCIO  
**AGRAVANTE** : JOSE FORCA NETTO  
**AGRAVANTE** : MARCOS ANTONIO BECKAUSER  
**AGRAVANTE** : MESSIAS CUBAS  
**AGRAVANTE** : MARCOS ROBERTO TONET  
**ADVOGADOS** : LUIZ GUSTAVO FRAGOSO DA SILVA - PR023282  
FRANCISCO LEITE DA SILVA - PR025199  
ANTONIO LUIZ ZEPONE JÚNIOR - PR028771  
**AGRAVADO** : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO - PR056355  
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARCOS ROBERTO TONET E OUTROS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de MARCOS ROBERTO TONET E OUTROS, o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Tribunal *a quo*.

Consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, é necessário que a parte interponha todos os recursos ordinários no Tribunal de origem antes de buscar a instância especial (Súmula n. 281 do STF).

É, pois, pacífico o entendimento do STJ de que a interposição do recurso especial pressupõe o julgamento da questão controvertida pelo órgão colegiado do Tribunal de origem. Nesse sentido, o AgInt no AREsp 1262686/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 29/08/2018.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ainda, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao Dr. Francisco Leite da Silva, subscritor do recurso especial.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Outrossim, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, uma vez que o substabelecimento juntado à fl. 1113 não foi suficiente para completar a cadeia de representação outorgando poderes ao subscritor do recurso. Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente